PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO RURAL NA BAHIA

Aurelane Alves Santana¹

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Bolsista da Fundação de Apoio à pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe. E-mail: aurelanesantana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1367-3549>.

Artigo recebido em 17/06/2020 e aceito em 30/06/2020

RESUMO

A atual horda de escravizados, que realiza o trabalho escravo nas empresas capitalistas, é miscigenada e características como cor da pele, gênero e/ou origem da força de trabalho já não são considerados critérios que determinam a massa dos sujeitos que serão submetidos à situação de degradação laboral. No meio rural brasileiro, o modelo de modernização da agricultura trouxe, junto às benesses da ciência, a intensificação da exploração do trabalho na forma do trabalho análogo ao de escravo nos territórios do agronegócio. Na Bahia, a prática da escravidão contemporânea pode ser observada, principalmente, no Oeste do estado, onde a produção da soja e do algodão é proeminente, e nas áreas destinadas à cafeicultura, localizadas na microrregião do Planalto da Conquista. Nesse contexto, busca-se a compreensão da reprodução da escravidão contemporânea nesses locais, levando em consideração a estruturação desse fenômeno dentro do sistema capitalista, que redefine antigas relações de produção para subordiná-las à sua reprodução. Os elementos teóricos e dados apresentados no decorrer do texto versarão sobre a qualificação e quantificação da ocorrência da prática do trabalho escravo no campo da Bahia, de modo que possam fomentar discussões que contribuam para a construção do pensamento crítico sobre o alastramento da escravidão contemporânea no rural brasileiro. Para tanto, serão utilizadas bibliografias sobre a temática e dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Censo Agropecuário (2006).

Palavras-chave: Escravidão contemporânea; Capitalismo; Agronegócio; Bahia.

CONTEMPORARY SLAVE LABOR IN THE RURAL: AN ANALYSIS OF SLAVERY IN BAHIA

ABSTRACT

The current horde of enslaved people, who works in capitalist companies, is mixed and characteristics such as skin color, gender and/or origin of the workforce are no longer considered criteria that determine the mass of subjects who will be subjected to a situation of degradation labor. In the Brazilian rural environment, the model of agricultural modernization brought, along with the benefits of science, the intensification of labor exploitation in the form of work analogous to slavery in agribusiness territories. In Bahia, the practice of contemporary slavery can be observed mainly in the west of the state, where soybean and cotton production is prominent, and in areas destined for coffee production, located in the micro-region of Planalto da Conquista. In this context, we aim to understand the reproduction of contemporary slavery in these places, considering the structuring of this phenomenon in the capitalist system, which redefines old production relations to

subordinate them to its reproduction. The theoretical elements and data presented in this text will contribute to the qualification and quantification of the occurrence of the practice of slave labor in the countryside of Bahia, which will help to construct critical discussions about the spread of contemporary slavery in Brazilian rural areas. Therefore, bibliographies about this subject and data from the Pastoral Land Commission (CPT) and the Agricultural Census (2006) will be used.

Keywords: Contemporary slavery. Capitalism. Agribusiness. Bahia.

EL TRABAJO ESCLAVO CONTEMPORÁNEO EN EL RURAL: UN ANÁLISIS DE LA ESCLAVITUD EN BAHIA

RESUMEN

La actual horda de esclavos, que realizan trabajo esclavo en empresas capitalistas, es mixta y características como el color de piel, el género y / o el origen de la fuerza de trabajo ya no se consideran criterios que determinen la masa de sujetos que serán sometidos a la situación de degradación laboral. En el medio rural brasileño, el modelo de modernización agrícola trajo, junto con los beneficios de la ciencia, la intensificación de la explotación laboral en forma de trabajo análogo a la esclavitud en territorios agroindustriales. En Bahía, la práctica de la esclavitud contemporánea se puede observar principalmente en el occidente del estado, donde la producción de soja y algodón es prominente, y en áreas destinadas a la producción de café, ubicadas en la microrregión de Planalto da Conquista. En este contexto, buscamos comprender la reproducción de la esclavitud contemporánea en estos lugares, tomando en cuenta la estructuración de este fenómeno dentro del sistema capitalista, que redefine las viejas relaciones de producción para subordinarlas a su reproducción. Los elementos teóricos y datos presentados a lo largo del texto versarán sobre la calificación y cuantificación de la ocurrencia de la práctica del trabajo esclavo en el campo baiano, de manera que puedan propiciar discusiones que contribuyan a la construcción del pensamiento crítico sobre la difusión de la cultura contemporánea esclavitud en las zonas rurales brasileñas. Por lo tanto, se utilizarán bibliografías sobre el tema y datos de la Comisión Pastoral de Tierras (CPT) y del Censo Agropecuario (2006).

Palabras clave: Esclavitud contemporánea. Capitalismo. Agroindustria. Bahía.

INTRODUÇÃO

Elementos do regime escravocrata, que perdurou no Brasil até o ano de 1888, estão presentes na contemporaneidade sob o epíteto do trabalho análogo ao de escravo. Com nova terminologia, essa relação de trabalho pode ser definida pela união de características laborais do período colonial e imperial aos modernos mecanismos de exploração laboral pelo capital. Dessa junção, decorreu um processo de potencialização da precarização e degradação do trabalho e a intensificação das ações de negação da liberdade e de direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora em seu percurso histórico de lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

Este fenômeno social, diferente em alguns aspectos dos moldes de exploração do trabalho que prevaleceram no país até o último quartel do século XIX, não relega o trabalhador à condição permanente de propriedade de outro e não está composto apenas de trabalhadores indígenas e negros. A atual horda de escravos que realiza o trabalho servil nas empresas capitalistas é miscigenada e

características como cor de pele, gênero e/ou origem da força de trabalho já não são consideradas critérios que determinam a massa dos sujeitos que serão explorados pelo capital.

No desenvolvimento das relações laborais contemporâneas, a ideologia neoliberal constitui-se de um importante instrumento de escravização do século XXI. Ela se apossa das possibilidades de reprodução da vida do trabalhador, seja ele negro ou branco, disseminando e generalizando a pobreza e maximizando os lucros dos capitalistas através da implementação de formas cada vez mais alienantes de sociabilidade e de naturalização das condições degradantes e precárias de exploração do trabalho.

Em uma análise atual das relações de trabalho análogas à de escravo, o conjunto de medidas flexíveis adotadas pelo capitalismo para superar suas crises no final da década de 1970 está intimamente ligado à reestruturação produtiva e à organização de uma política que inclui a diminuição da atuação reguladora do Estado e amplia as formas de exploração e precarização dos trabalhadores. Esse aumento da subjugação do trabalho ao capital se dá, sobremaneira, por meio do ataque aos direitos da classe trabalhadora, na fragilização da articulação e organização de movimentos que promovem a limitação da exploração capitalista.

No meio rural brasileiro, o modelo de modernização da agricultura trouxe, junto às benesses da ciência, a intensificação de relações laborais degradantes, que são percebidas através da reprodução do trabalho análogo ao de escravo nos territórios do agronegócio. Na Bahia, a prática da escravidão contemporânea pode ser observada, principalmente, no Oeste do estado, onde a produção da soja e do algodão é proeminente, e nas áreas destinadas à cafeicultura, localizadas na microrregião do Planalto da Conquista. Nesse contexto, busca-se a compreensão da reprodução da escravidão contemporânea na Bahia, levando em consideração a estruturação desse fenômeno dentro do sistema capitalista, que redefine antigas relações de produção para subordiná-las à sua reprodução (OLIVEIRA, 2007).

Em outras palavras, propõe-se a análise da ocorrência do trabalho análogo ao de escravo no território baiano, intrínseco ao desenvolvimento e avanço do agronegócio no país – isto é, na realização da crítica acerca do trabalho degradante que se reproduz nas entranhas do discurso modernizador de “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, que mascara a realidade do uso desigual e concentrado das terras, da (re)produção de injustiças sociais, da miséria e das formas de violência contra os trabalhadores, dos alimentos envenenados, etc.

Os elementos teóricos e dados apresentados no decorrer do texto versarão sobre a qualificação e quantificação da ocorrência da prática do trabalho escravo no campo da Bahia, de modo que possam

fomentar discussões que contribuam para a construção do pensamento crítico sobre o alastramento da escravidão contemporânea no rural brasileiro. Para tanto, serão utilizadas bibliografias sobre a temática, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Censo Agropecuário (2006).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA BAHIA

Sustentado na barbárie e violência, o trabalho escravo contemporâneo ocorre acentuadamente no campo brasileiro, seguindo o histórico de precariedade que acompanha o trabalho rural no país. Na Bahia, o curso da modernização da agricultura que levou à mecanização da produção e a consequente diminuição dos postos de trabalho têm contribuído para a incidência dos casos de trabalho análogo ao de escravo no estado. Verifica-se que nas áreas onde os cultivos são mais dotados de tecnologias a escravização é dominante e há uma maior concentração das desigualdades sociais.

O aumento do desemprego, fenômeno inerente e resultante do atual estágio do capitalismo, colabora efetivamente para que o trabalho escravo contemporâneo seja reproduzido no interior dos processos produtivos das mercadorias. Mesmo com todo o avanço tecnológico, que permitiria, em tese, melhorar a condições de trabalho da classe trabalhadora, o que se verifica, contraditoriamente, é a expansão das formas de exploração do trabalhador.

Essa lógica paradoxal de funcionamento do capitalismo faz parte do modo como o capital se apropria dos mecanismos de exploração da força de trabalho para garantir seu processo de reprodução e acumulação. No entanto, quando reconfigura elementos do escravismo em meio à era predominante do trabalho assalariado, ele evidencia uma das expressões de sua natureza, que é a de explorar, ao máximo, a força de trabalho, de modo a extrair a maior quantidade possível de sobretrabalho. Assim, quando se amplia a exploração do trabalhador pela via do trabalho análogo ao de escravo, retém-se um maior *quantum* de mais-valia ou apropria-se dela por inteiro.

De acordo com o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, foram libertados, entre os anos de 2003 e 2018, no campo e na cidade, 3.256 pessoas em situação de trabalho forçado na Bahia - uma média de 203,5 resgates por ano. Atualmente, o estado ocupa a 5º posição entre as unidades federativas com o maior índice de trabalhadores libertos da condição de escravização contemporânea. Nessa realidade, ganham destaque os municípios de São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Jaborandi e Correntina como as localidades mais escravagistas do estado.

Na análise de dados de trabalho escravo para o campo brasileiro, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, é referência. Os números divulgados por essa instituição revelam que para a escravização rural na Bahia foram registrados, entre 2003 e 2018, 98 casos de escravidão contemporânea, com 4.197 trabalhadores envolvidos nas denúncias e 3.202 trabalhadores libertos pela ação conjunta entre Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Polícia Federal.

Dentre as mazelas associadas ao avanço do capitalismo no campo, a ocorrência de trabalho escravo escancara a contradição que paira sobre a tentativa de se veicular a imagem do agronegócio a uma atividade econômica moderna. Na Bahia, a reprodução do trabalho escravo no campo está diretamente associada ao avanço do agronegócio no estado. As localidades de maior incidência consistem naquelas áreas em que a produção de *commodities* é predominante e atrelada a uma mecanização de ponta que permite que esses cultivos tenham alta produtividade e apresentem importância dentro do cenário nacional e internacional dos produtos agro exportáveis do país.

Como apontado anteriormente, nos municípios da região Oeste, onde a sojicultura e a cotonicultura são expressivas, verifica-se a maior quantidade de trabalhadores escravizados do estado, o que mostra a relação direta existente entre o trabalho escravo contemporâneo e o agronegócio. A expansão da monocultura, da produção em larga escala e do pacote tecnológico incentivado pelo Estado no final do século XX, veio acompanhado por um conjunto de medidas que culminou na concretização de um processo modernizador e ao mesmo tempo reprodutor de antigas relações sociais que se intensificaram com a reestruturação produtiva de um capital em crise. O resultado foi altamente desastroso para a classe trabalhadora já tradicionalmente calejada pela privação dos meios de produção e pela elevada concentração das terras brasileiras. Espoliados das condições objetivas de reprodução da vida, os trabalhadores viram-se obrigados a se submeterem ao trabalho degradante análogo ao da escravidão.

Nesse sentido, o trabalho escravo do século XXI aparece como o resultado do desenvolvimento desigual e combinado do capital mantido através das articulações do complexo de reestruturação produtiva, que reorganiza os processos de produção das mercadorias e aumenta exponencialmente o número de trabalhadores supérfluos disponíveis para a exploração capitalista.

Nos arquivos da CPT, as notificações de ocorrência de trabalho escravo no rural brasileiro começaram a ser contabilizadas no ano de 1997. Na Bahia, a contagem dos casos de escravização só apareceu a partir de 2003, quando cinco propriedades foram autuadas pelo MTE por manter 1.089 trabalhadores em condição análoga a de escravo. Todos os casos verificados nesse ano ocorreram no

Oeste do estado, nos municípios de São Desidério, Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, onde a produção de grãos se destaca.

Apesar de o Brasil ser considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) referência mundial no combate à escravidão contemporânea, a incidência dessa relação laboral no campo da Bahia, nos últimos 15 anos, mostra-se bastante expressivas. Os dados expostos na tabela 1, que apresentam o número de casos de trabalho escravo, de trabalhadores nas denúncias e de trabalhadores resgatados delineiam o panorama quantitativo da incidência desse tipo de relação de trabalho no estado.

Tabela 5: Ocorrências do trabalho análogo ao de escravo na Bahia (2003-2018)

Ano	Nº de casos	Nº de trabalhadores nas denúncias	Nº de trabalhadores resgatados
2003	5	1.094	1.089
2004	6	150	150
2005	10	314	314
2006	16	1045	586
2007	5	175	175
2008	6	106	106
2009	6	265	285
2010	4	117	101
2011	10	162	110
2012	6	132	52
2013	5	131	89
2014	1	32	32
2015	2	360	*
2016	8	38	37
2017	3	29	29
2018	5	47	47
Total	98	4.197	3.202

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT (2003-2018).

Organização: SANTANA, A. A.

* Não consta nos arquivos do CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT.

Os anos de 2005, 2006 e 2011 tiveram os maiores índices de casos de trabalho análogo ao de escravo registrados em toda a Bahia, com 10, 16 e 10 notificações, respectivamente. Já os números mais elevados de trabalhadores que compunham o quadro de denúncias ocorreram em 2003, com 1.094 sujeitos, em 2006, com 1.045, e em 2015, com 360. Em relação ao número de trabalhadores libertos, a tabela 1 destaca os anos de 2003, 2006 e 2009 com as quantidades mais expressivas: o primeiro ano apresentando 1.089 pessoas resgatadas, o segundo, 586, e o terceiro, 285.

Quando se analisa a realidade produtiva do campo dos municípios baianos, principalmente da região Oeste do estado, observa-se que São Desidério possuía, de acordo com o Censo Agropecuário (2006), a maior área territorial plantada do país (600 mil hectares) e era o maior produtor nacional de algodão, com cerca de 110 mil hectares destinados ao cultivo. Além da cotonicultura, o município produz, ainda, 350 mil hectares de soja, 74 mil hectares de milho e 14 mil hectares de café. Muitas das fazendas desse município são administradas por grupos nacionais e internacionais, tornando a realidade do trabalho escravo contemporâneo intrínseco ao desenvolvimento da cadeia produtiva mundial do agronegócio e vinculada à concentração da estrutura fundiária brasileira.

Assim como São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentaram quantidades significativas de trabalhadores libertos na agricultura e pecuária nesse início de século. Isso se deve ao fato de que a região do Oeste baiano apresenta desde 1980 uma agricultura avançada do ponto de vista capitalista, o que cria as possibilidades para a superexploração do trabalho e uma estrutura fundiária altamente concentrada, baseada no monocultivo (OLIVEIRA et al., 2010).

Em Luiz Eduardo Magalhães, as fazendas de soja Santo Antônio e Tabuleiro também foram acusadas de submeter trabalhadores a condições laborativas análogas à de escravidão em 2003. Entre os anos de 1996 e 2006, o crescimento da produção da sojicultura¹ no Oeste do estado foi equivalente a 284% e a área plantada passou de 433.263 para 870.000 hectares (FERNANDES et al., 2010). Em 2003, ano em que os casos de trabalho escravo foram delatados, com o aumento dos incentivos do Governo Federal para as exportações de grãos do país, a região Oeste da Bahia produziu safras recordes de 1.556.000 toneladas de soja (PAM-IBGE, 2008).

No Planalto da Conquista, importante região produtora de café na Bahia desde os anos de 1970, o trabalho rural começou a sofrer, a partir da década de 1990, intenso processo de precarização da força de trabalho e desemprego. Nesse período, as alterações pelas quais passaram as relações laborais na cafeicultura corresponderam exatamente ao momento em que houve o avanço das formas de exploração do trabalho incorporadas pelo capital em sua fase de mundialização. Além disso, marcou a instauração de uma nova expressão do trabalho degradante na atividade cafeeira sob o aspecto da escravidão contemporânea, o que deprimiu ainda mais os níveis de reprodução da vida dos trabalhadores.

Em um contexto de crise do sistema do capital, os avanços tecnológicos, organizacionais e sociometabólicos provocaram graves alterações no interior da classe trabalhadora, flexibilizando e desregulamentando as relações de trabalho. No que se refere à conjuntura laboral rural do Planalto da

¹ O crescimento nacional da produção da soja para esse mesmo período correspondeu a 226%.

Conquista, os impactos desse processo sobre os trabalhadores começaram a ser percebidos no início dos anos 2000, sobretudo a partir de 2013, quando houve o incremento do uso de máquinas agrícolas especializadas em todas as fases do processo produtivo do café e, conseqüentemente, a ampliação da precarização do trabalho e do desemprego.

A partir da análise dos dados sobre a cafeicultura, sojicultura e cotonicultura no Oeste da Bahia e no Planalto da Conquista, torna-se patente a relação entre a ocorrência de trabalho escravo no campo e o avanço do agronegócio no país, pois os três cultivos mencionados flagrados com práticas semelhantes à da escravidão apresentaram aumentos significativos na produção, área plantada e/ou produtividade, atingindo recordes produtivos para a economia agrícola regional e nacional. Nesse sentido, pode-se inferir que a expansão da agricultura na Bahia tem se sustentado nos pilares da escravidão contemporânea, submetendo centenas de trabalhadores a condições laborativas degradantes em prol da acumulação e concentração de riquezas nas mãos dos empresários agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a relação intrínseca existente entre a expansão do capitalismo no campo e a escravidão contemporânea, as ocorrências de trabalho escravo verificadas na Bahia, entre os anos de 2003 e 2018, são o reflexo da complexidade das relações que se formam a partir da monocultura e da consolidação da agricultura enquanto atividade capitalizada e moderna.

Essa realidade espalhada nos territórios do agronegócio permite a aglutinação da precarização das formas de vida e de trabalho no campo e contribui efetivamente para a manutenção da pobreza e miséria dos trabalhadores rurais. Desse modo, em meio ao avanço do agronegócio no Brasil, e particularmente na Bahia, assiste-se ao alargamento das desigualdades sociais, das injustiças e da reprodução de formas arcaicas de trabalho, que visam explorar e precarizar ainda mais a classe trabalhadora para a obtenção de maiores lucros pelos capitalistas.

Os números apresentados nesse texto revelam um panorama bastante precário para as relações de trabalho no campo da Bahia e estão permeados por contradições que visam o mascaramento da realidade dessa prática tanto nesse estado como em todo o país. Portanto, os escravizados do século XXI devem ser compreendidos como uma massa de trabalhadores precarizados, vítimas do processo de acumulação de capital que se sustenta, principalmente, na detenção dos meios de produção pelos empresários rurais, em especial pelo domínio da terra, retirando dos trabalhadores as possibilidades de reprodução digna da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário (2006)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de março de 2017;

BRASIL. **Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas**. Iniciativa conjunta do MPT e OIT;

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. 2003-2016;

FERNANDES, Raony Chaves; LOBÃO, Jocimara Souza Britto; VALE, Raquel de Matos Cardoso. **Oeste baiano: da agricultura familiar à agroindústria**. Disponível em: <http://www.bahiaflaneur.net/blog2/wpcontent/uploads/2010/08/agroindustrie.pdf> 2010. Acesso em: 26 de setembro de 2017;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH/Labur edições, 2007;

OLIVEIRA, G.; GUIOMAR, I. G.; BORBA, L. S. B. **Trabalho escravo na Bahia**. Superintendência de estudos econômicos e sociais na Bahia. Bahia: Revista Análise de Dados: Trabalho docente. p. 255-274, 2010.